

O SENTIDO DA PRÁTICA SINDICAL ENTRE OS ATORES SOCIAIS DO SINDICALISMO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA CIDADE MARAVILHOSA

Erlando da Silva Rêses (Unb)⁷²

Resumo

Neste artigo apresenta-se sentido da prática sindical dos atores sociais do sindicalismo docente da educação básica do Rio de Janeiro. Para o desenvolvimento deste objetivo fez-se uso de entrevistas em profundidade com dirigentes sindicais, ex-dirigentes e professores com atuação tanto no Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (SINPRO-Rio) quanto no Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ). No tratamento dos dados utilizou a análise de conteúdo, a partir da abordagem tridimensional do sociólogo francês Willem Doise, que apresenta três fases ou hipóteses de análise: existência de um campo comum nos discursos dos entrevistados, diferenças individuais ou grupais e ancoragem dessa diferenças. No campo comum, os participantes da pesquisa revelaram a imprescindibilidade do sindicato para o reconhecimento e valorização da categoria. Já nas diferenças grupais averiguou-se que o grupo de professores com história de filiação ao sindicalismo docente do ensino público destacou que a identidade social do professor passa pela classificação da categoria como classe trabalhadora e apresentou um sindicalismo mais combativo. Para este grupo o trabalho por vocação contribuiu significativamente para a demora na organização sindical da categoria. O grupo de professores com história de filiação ao sindicalismo docente do ensino privado apresentou uma visão mais imobilista da categoria, destacando aspectos da sua própria história de militância, em que prevaleceu o personalismo e o centralismo de decisões. A ancoragem vinculou-se com a história de formação do dirigente sindical, da sua percepção sobre sindicalismo e educação e de sua vinculação ao tipo de sindicato, se atrelado à estrutura sindical oficial ou não.

Palavras-chave: Sindicalismo Docente, Análise de Conteúdo, Abordagem Tridimensional das Representações Sociais, Memória Social, Rio de Janeiro.

⁷² Doutor em Sociologia pela UnB. Professor Adjunto da Universidade de Brasília.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O desenvolvimento desta análise insere-se na perspectiva teórico-metodológica da Sociologia Histórica por conta do processo sócio-histórico de constituição da memória social da organização sindical dos professores. Numa breve análise sobre esta área do conhecimento sociológico é possível dizer que a relação Teoria/História foi articulada pelos autores clássicos da Sociologia. Para Weber (1994), grande parte do trabalho de tipificação, ou seja, de generalização nas Ciências Sociais, pressupõe a contribuição da História. Na abordagem durkheimiana, que consiste em tratar os fatos sociais como coisa, a ênfase é dada à força institucional da memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Durkheim, assim como Halbwachs (2004), não vê na memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, mas que acentua a coesão social, não pela coerção social, mas pela adesão afetiva do grupo. Uma memória que ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros fundamenta e reforça o sentimento de pertencimento e as fronteiras socioculturais (Pollack, 1989). O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo.

Numa relação entre passado e presente, Marx nos Grundrisse, afirma que “*a sociedade burguesa é a organização histórica de produção mais diversificada e desenvolvida. As categorias que as relações desta sociedade exprimem e asseguram a compreensão da sua estrutura, permitem-nos também compreender a estrutura e as relações de produção das sociedades passadas*” (Marx, 1953). Marx indicou o processo do pensamento histórico: vai do passado ao presente. Daí volta ao presente, que é então melhor analisado e conhecido e já não oferece à análise uma totalidade confusa (Lefebvre, 1971).

Assim a memória não seria apenas um registro histórico de fatos, mas uma combinação de construções sociais passadas com fatores significantes da vida social do presente, sendo permanentemente reconstruída (Proust *apud* Costa & Magalhães, 2001).

Jô Gondar (2000) esclarece que a memória é um instrumento de poder, de um poder que abrange todas as dimensões em que há um embate de forças, incluindo aí a própria constituição do “eu”. Ou seja, o poder controla a memória e acaba por constituir o eu. A memória encaminha sempre para uma escolha, conforme assinala a autora: “*Para que uma memória se configure, se delimite, coloca-se, antes de mais nada, o problema da escolha (seja ela consciente ou inconsciente): entre tantos estímulos*

diferenciados que nos chegam do mundo, alguns serão investidos a ponto de se tornarem traços mnêmicos, ao mesmo tempo em que outros serão segregados, esquecidos sem que jamais se tenham convertido em memória” (Gondar, 2000:36).

Portanto, a memória, enquanto instrumento de poder, tenta constituir e controlar o indivíduo, isso inclui a opção profissional. Porém, chama a atenção o fato de alguns serem mais procurados por mulheres e outros por homens. Nas profissões historicamente destinadas ao “gênero” feminino, a função de professor é a que mais envolve um direcionamento histórico.

De acordo com estas definições, memória, identidade e história apresentam-se em um processo de interação e construção: a memória constitui a identidade à medida que reforça por meio de lembranças a unidade e continuidade do si mesmo ou o sentimento de pertencimento a um grupo; ao mesmo tempo, ela é constituída pela identidade, uma vez que o processo de identificação agirá na seleção e configuração dos episódios a serem lembrados, reordenando-os em uma nova história.

Para reconstituir a memória coletiva dos sindicatos de professores da educação básica do Rio de Janeiro pelos próprios atores sociais direta ou indiretamente envolvidos na estruturação dessas organizações sindicais utilizou-se a abordagem metodológica de Doise.

A ABORDAGEM TRIDIMENSIONAL DE DOISE

A abordagem das três fases ou etapas baseada nos estudos realizados por Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992) buscam construir o que consideram uma abordagem societal na investigação das representações sociais. Nessa perspectiva, eles tentam articular a explicação de caráter individual com as explicações de caráter sociológico.

Doise e colaboradores consideraram as representações sociais como princípios organizadores das relações simbólicas entre indivíduos e grupos. Princípios esses que são geradores de tomadas de posição em função de inserções específicas dos indivíduos no conjunto das relações sociais. Esses autores retomam a perspectiva de Serge Moscovici, no que concerne aos processos responsáveis pela formação das representações sociais: a objetivação e a ancoragem. A objetivação concretiza o

abstrato, busca dar naturalidade ao objeto por meio da comunicação enquanto a ancoragem incorpora o não-familiar dentro de uma categoria mais familiar.⁷³

Cada fase ou etapa dessa abordagem tridimensional que estuda as representações sociais corresponde a uma hipótese específica. A primeira hipótese seria a de que diferentes membros de uma população estudada partilham certas crenças comuns concernentes a um dado desafio social. Para Doise e colaboradores, as representações têm origem nas relações de comunicação que supõem pontos de referências comuns aos indivíduos e grupos. A segunda hipótese se refere à natureza das diferenças individuais ou grupais dentro de um campo comum de representações. A terceira hipótese se refere à ancoragem das diferentes tomadas de posição no interior de realidades coletivas. Supõe-se a hierarquia de valores, as percepções construídas pelos indivíduos, as experiências sociais, a relação entre grupos e a situação de classe como moduladores das tomadas de posição (Doise, 1994).

Com essas hipóteses, os autores procuram responder a crítica de que a Teoria das Representações Sociais fundamenta-se na suposição da existência de homogeneidade de pensamento em um dado grupo social. Para eles, com essas hipóteses passa-se da idéia de consenso como um acordo entre indivíduos, manifestado pela similitude de opiniões, para a idéia de que os indivíduos partilhem referências comuns para a tomada de posições (Doise, 1994).

Para os autores dessa abordagem, Pierre Bourdieu contribuiu para a construção da explicação societal para o fenômeno das representações sociais. Este autor mostra que esta visão de Doise e colaboradores está além de uma oposição entre conflito e consenso, que é muito presente em estudos e pesquisas. Doise se baseou na idéia de Bourdieu de mapa ou jornal. Para ele, a partir desse mapa mental com referenciais comuns, os indivíduos ou grupos se posicionam, debatem, afirmam suas diferenças a respeito de um tema, um desafio, um problema social. Segundo Bourdieu *“as tomadas de posição diferentes, mesmo antagônicas, somente se constituem como tais com relação aos objetos de disputa comuns, estes mesmos postos no espaço do jogo dentro do qual eles são jogados, isto é, o espaço das posições sociais”* (apud Doise, 1992:7).

⁷³ Para mais informações sobre Representações Sociais cf. Sá, Celso P. de. *Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria*. IN: M. J. Spink (org.) *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo, Brasiliense, 1993.

Segundo a pesquisadora Ângela Almeida (IP/UnB), na abordagem tridimensional de Doise e colaboradores, cada uma das três hipóteses corresponderia a uma fase de estudo. Com isso, estudar representações sociais significa identificar numa primeira fase, o **campo comum das representações**; numa segunda fase, os **princípios organizadores das variações individuais** e numa terceira fase, a **ancoragem das diferenças individuais** (Almeida, 1998, grifo nosso).

ANÁLISE DO CAMPO COMUM DOS DISCURSOS DOS ATORES SOCIAIS DO SINDICALISMO DOCENTE

Nesta fase da análise, o discurso dos participantes da pesquisa é reconstruído com vistas à identificação do conteúdo comum das representações em torno do objeto. A regularidade de representações entre indivíduos pode promover a existência de um determinado contexto típico de um grupo, uma representação coletiva, um “mundo”(Reinert, 1990). O pressuposto é o de que os informantes, ainda que pesem as diferenças de idade, de sexo, de atuação sindical, de nível de escolaridade que trabalha/ou e de tipo de sindicato, partilham referenciais comuns.

No roteiro-guia das entrevistas havia as questões: *“você sabe quando surgiu o SINPRO/RJ? Como ele surgiu? Quem se interessou em formar o sindicato e por quê?”*. O conhecimento do surgimento da organização é revelado, mesmo que mediante leitura ou pela própria história da militância sindical. As forças políticas se alinham para formar o iminente Sindicato dos Professores na década de 30.

“O Sinpro surgiu na década de 30. Você teve sempre uma presença interessante das forças, os comunistas e os socialistas do partido socialista brasileiro (PSB) pré-64, eram as forças predominantes no Sindicato” (ex-sindicalista, sinpro).

Na história das organizações sindicais no Rio de Janeiro, o Sinpro-Rio surge em 31 de maio de 1931 e com presença de anarquistas e comunistas. Dentre os seus quadros figurava o anarquista David Pérez, como membro-fundador da entidade sindical.

“Nesse sentido ele era muito mais vermelho, muito mais comunistas do que muito dos outros sindicatos e, sobretudo, até mesmo o sindicato dos operários. Ele era menos corporativista e em alguns momentos conseguia ter expressão de algum tipo de luta maior, mais ampla, você vai perceber isso... As discussões eram sindicais, mas a

motivação, quase todo mundo que participava do movimento estava ligado a algum partido de esquerda, com certeza, então se via a participação/organização como uma forma de fazer a mobilização das pessoas” (sindicalista, sinpro).

O mesmo conhecimento de fundação e surgimento sindical é revelado para o SEPE.

“E inclusive a salinha dessa entidade foi doada para o Sepe. Eram duas entidades que eu não me lembro mais as siglas. Eu me lembro que essas duas pequenas entidades se juntaram(...)Aí esse grupo que era contra perdeu lá na votação das reuniões. Prevaleceu a tese de que se deveria fundar uma associação. É, porque na verdade, essa idéia de associação era para aglutinar os professores da rede pública, que apesar de saber que existiam associações, uma ou duas, aqui no Rio eram muito fracas...” (ex-sindicalista, sinpro)

As duas entidades que se aglutinaram para formar o SEPE, em 1979, foram a UPRJ (União de Professores do Rio de Janeiro), que foi fundada em 1948, e a Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). A doação da “salinha” foi feita pela UPRJ⁷⁴.

É nítida a tendência de manutenção da estrutura sindical mesmo em situações de muito controvérsia política, sobretudo para manter o seu funcionamento mínimo.

“Você tem claramente uma presença maior das figuras da esquerda, Robespierre, por exemplo, era um quadro do Partido Comunista Brasileiro, era um quadro importante, teve expressão...Têm situações que são marcadas com uma certa intermitência, mesmo depois de 64 com intervenção e algumas conciliações, a idéia de que era necessário manter um sindicato, por exemplo, o Monrevi que era o presidente da virada” (ex-sindicalista, sepe)

No final dos anos 70, segundo o depoimento, havia a possibilidade de unificação de atuação dos professores das duas redes de ensino, pública e privada.

“A tendência deles [dirigentes do Sepe] era esvaziar o Sindicato dos Professores, assumir as responsabilidades da luta dos professores, mesmo da rede privada, isso demorou um certo tempo depois...Nasce com a tendência de ganhar o sinpro” (ex-sindicalista, sinpro)

⁷⁴ A localização desta sala era na Rua Alcindo Guanabara, 24, sala 1006, Edifício Anglia, centro do RJ, onde hoje funciona o SEPE.

Essa situação não se confirma na argüição da direção do Sinpro-Rio: “*não tinha essa idéia de formar um único sindicato, (...) teríamos dificuldades legais, porque naquela época era proibida a sindicalização dos funcionários públicos (...) o importante para eles [do Sepe] era o seguinte: o movimento passar por fora da estrutura oficial*”.

Na história das organizações sindicais a presença de diferentes forças políticas é uma constante.

“Havia uma presença organizada dos partidos políticos, os comunistas e os socialistas eram organizados e se colocavam como elementos orgânicos. Outros grupos apareciam, mas sem expressividade no movimento, tal foi o caso da UDN (União Democrática Nacional), vinculada à Igreja Católica” (ex-sindicalista, sinpro)

A vinculação com a UDN aconteceu com a União dos Professores Primários (UPP)⁷⁵. A professora primária e vereadora Lygia Maria Lessa Bastos⁷⁶, mantinha estreitas relações com a UPP, como é possível notar na publicação do Jornal “O Globo”, de 08 de setembro de 1960.

A União dos Professores Primários e um grupo de amigos da Vereadora Lygia Lessa Bastos – candidata da UDN, nº 164 – convidam para a missa que, pelo transcurso de seu aniversário, fazem celebrar amanhã, dia 9, às 10 h 30 min, na Igreja Cruz dos Militares, Rua 1º de março, esquina de Ouvidor (*apud* Andrade, 2001).

Note-se que a professora Lygia foi eleita em 1947, e a UPP foi fundada em 1948. Outros Boletins⁷⁷ da UPPEG (União dos Professores Primários do Estado da Guanabara) atestam essa relação, desta vez um panfleto de propaganda político-eleitoral,

Lygia terá todo o apoio da UPPEG, assim como a colega Maria Antonieta Bittencourt Borges que, juntas, formarão o eixo Brasília-Rio, sustentáculo das nossas reivindicações (*apud* Andrade, 2001).

⁷⁵ Cf. Andrade (2001).

⁷⁶ Professora carioca ingressou na carreira política como vereadora em 1947 pela UDN. Também foi deputada estadual e federal pela ARENA. Lygia é a mulher de carreira política mais duradoura do país, permanecendo na cena pública por quase 40 anos (Andrade, 2001).

⁷⁷ Boletins da UPPEG nºs 16 e 17, de setembro e outubro de 1974 *apud* Andrade, 2001.

E ao final do texto do Boletim encontra-se a informação: Chapa para o Magistério Unido – Para Senador: Gama Filho – Para Deputado Federal: Lygia Lessa Bastos nº 212; - Para Deputado Estadual: Antonietta Borges nº 1361 (*apud* Andrade, 2001).

Essa situação de vinculação da associação de professores com a militância político-partidária foi evidenciada nas características comuns das associações mutualistas da época.

Também é nítida a vinculação do movimento sindical com grupos afinados com outras forças políticas.

“Ali tinha de tudo PCB, PDT...Várias correntes. Tinha PMDB. O próprio Godofredo acabou deputado do PMDB, na época, antes do PT. Depois ele foi para o PSB. Havia um respeito muito grande entre as correntes e foi dessa forma que eu fui forjada... É claro que havia uma certa vanguarda mais a esquerda que sempre quis partidizar o movimento. Na fundação do PT, como o partidão⁷⁸ tinha uma influência maior sob os dirigentes do SEPE, havia uma necessidade de uma diferenciação” (ex-sindicalista, sepe)

Percebe-se que o movimento sindical consegue eleger seus representantes ainda no início da década de 80, como o cargo de Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro, conquistado pelo então presidente do SEPE, professor Godofredo Pinto. A constituição da identidade do movimento sindical com grupos de esquerda se aproxima mais depois da existência do Partido dos Trabalhadores (PT), como nessa arguição:

“A Glorinha, era a principal liderança dessa ala, o Luiz Edmundo, que era diretor daquela escola federal técnica do Rio, tinha um grupo grande. Partidariamente, o PT teve um grande crescimento entre os professores” (ex-sindicalista, sinpro)

A formação do sindicalismo docente, como força política, esteve fortemente aliada ao poder e expressão dos grupos político-partidários. Antes da década de 70, aos grupos de perfil político conservador, e depois dessa década aos grupos alinhados com o pensamento da esquerda.

Em termos de organização da documentação sindical o informante, que compôs a direção do Sinpro-Rio, demonstra uma preocupação.

⁷⁸ Referência ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

“Porque quando eu cheguei aqui no sindicato, estava tudo arquivado, espalhado. Então eu botei uma certa ordem. Um dia eu cheguei aqui no sindicato, tava novo, não sabia o que era aquilo, papel velho, eu tinha tirado do armário, papel que não é brincadeira, quando eu olhei disse: tudo isso aqui é papel histórico, não pode”. Guardei tudinho. Iam jogar fora. Iam jogar tudo fora. Aí eu convenci a diretoria a contratar gente pra fazer um arquivo bem feito, material tudo direitinho, com índice e tudo” (sindicalista, sinpro)

Possivelmente, essa preocupação perdurou ao longo dos anos, o que permite hoje àquela entidade sindical instituir um “Projeto Memória” de recuperação e organização dos dados e documentos históricos que está em fase de execução.

“Uma das primeiras coisas que eu pedi aqui foi o seguinte: informatizar o sindicato. Era tudo na base da máquina...se não modernizar não se pode fazer um sindicato...” (sindicalista, sinpro)

Essa argüição se coaduna com a intenção de qualificar a organização sindical. O Sinpro-Rio demonstrou a sua organização já na sua fundação em 1931. Naquela época constituiu-se uma Diretoria Provisória com três membros (presidência, secretaria e tesouraria) e também um Conselho Diretor com 20 membros.

A organização da entidade sindical foi marcante na estruturação da fala dos participantes da pesquisa.

“Mas a orientação era, aqui era muito legal a diretoria, porque tudo se fazia, era reunião, não havia o autoritarismo, sabe? Agora eu estava na frente...Eu era o presidente desse período, nesse período da nova diretoria, renovação do sindicato, de setembro de 78 pra cá houve a renovação, e eu fiquei responsável” (sindicalista, sinpro).

Esse discurso é de uma liderança sindical que por vários mandatos dirigiu a entidade sindical e chama a atenção para a posição inovadora da instituição. A média do tempo de militância dos dirigentes sindicais e de permanência nos cargos é alta. No SINPRO, por exemplo, uma grande parte dos sindicalistas está na direção desde 1978 (Miranda, 2005).

Foi demonstrado que o sindicato teve dedicação com as atividades sindicais perante as suas bases, mesmo quando havia condições adversas para a atuação. De fato, os sindicatos se esforçaram para manter o seu funcionamento.

“Uma vez eu passei a noite aqui. Uma vez, na segunda diretoria, passei a noite levantando dados, redigindo, datilografando e mimeografando uma nota pra distribuição na Ilha do Governador, no Colégio Freitas (...) Mas sindicato político, não é fácil não. Um dia, eu achei um mimeógrafo só. Mandava fazer cópia fora, tomava emprestado de fulano de tal, e eu digo, vamos comprar um mimeógrafo pra ter dois, pra poder atender o material rodante aqui” (sindicalista, sinpro).

Ainda como condição adversa no desenvolvimento da luta sindical o participante da entrevista revela a grande quantidade de atribuições que assume um sindicalista. Sobretudo quando o órgão de lotação do funcionário não libera o dirigente,

“Dando 30 aulas por semana, cuidando de um sindicato maluco deste. Indo pra Brasília, indo pra isso, indo pra aquilo. Pra você ter uma idéia, quando saí daqui deixei mais de mil processos administrativos no ministério do trabalho (sindicalista, sinpro).

No campo comum dos discursos os participantes da entrevista apresentaram sua posição acerca da formação e da imprescindibilidade da organização sindical dos professores para reconhecimento da categoria, das estratégias de luta para manter a estrutura sindical em funcionamento durante a construção de sua história, da constituição de uma identidade para a profissão e dos mecanismos de representatividade. Esta formação do sindicalismo docente esteve vinculada com a história de atuação dos dirigentes sindicais com os partidos políticos. E a partir desse referencial comum, como eles se diferenciaram?

ANÁLISE DAS DIFERENÇAS GRUPAIS DOS DISCURSOS ATORES SOCIAIS DO SINDICALISMO DOCENTE

Na análise anterior os participantes da pesquisa apontaram para a formação e necessidade da organização sindical entre os professores, envolvendo o conhecimento de sua história e manutenção da estrutura sindical. Todavia, a análise também apontou para a existência de idéias diferentes quanto à percepção da profissão de professor e quanto à organização sindical. Tais representações indicam que podem sofrer a influência de variáveis como, por exemplo, a idade, a função atual na vida sindical, o sexo e o sindicato em que atua ou atuou.

O sociólogo francês Willem Doise considera que os estudos do psicólogo social Serge Moscovici fornecem elementos para construir uma psicologia societal, que imbrigue o estudo dos sistemas cognitivos (nível individual) no estudo dos sistemas relacionais e sociais (nível posicional e ideológico). É nesse contexto que o autor entende as representações sociais como princípios geradores de tomada de posição, ligados às inserções sociais específicas, organizando os processos simbólicos que interferem nas relações sociais (Almeida, 1998).

Ressalta-se, como dito anteriormente, que na 1ª fase não se busca exatamente um consenso ou similitude de opiniões, conforme a perspectiva desenvolvida por Doise e Colaboradores. Porém, este consenso pode ser entendido de uma forma mais ampla, como um conjunto de referências partilhadas em comum por um grupo.

Assim, a visão dos sindicalistas e professores analisada acima, seria aquilo que Doise denomina de mapa mental, ou o jornal, sob o ponto de vista de Bourdieu (1972). Um mapa ou um jornal que servirá aos sujeitos como um princípio gerador de tomada de posição. Para Doise (2001), sob essa perspectiva, é aceitável a suposição da existência de variações e diferenças sistemáticas entre as posições de indivíduos e grupos.

Segundo a professora Ângela Almeida, nesse nível de análise as referências de estudo são as heterogeneidades nas tomadas de posição em relação a um dado objeto de representação (Almeida, 1998).

Cabe ressaltar que nessa segunda fase do estudo o objetivo será identificar as diferenças grupais e não as diferenças individuais. Nessa fase da análise, pretende-se compreender como os grupos se diferenciam em relação ao campo comum das representações sociais.

PROFESSORES COM HISTÓRIA DE FILIAÇÃO AO SINDICALISMO DOCENTE DO ENSINO PÚBLICO

Neste grupo predominou o entendimento sobre a identidade social do docente, os mecanismos de luta da categoria, as posições políticas e a presença dos sujeitos como ativistas do movimento sindical.

O participante da entrevista opina sobre o perfil da profissão de professor, apontando a identidade que se afeiçoa com a categoria na atualidade.

“Acho que hoje a gente forma, nós viramos assim uma categoria, deixou de ter aquela, aquela coisa de elite, hoje todo mundo se reconhece como trabalhador, quer queira quer não” (sindicalista, sepe).

Esse discurso do participante da pesquisa posiciona o professor dos dias de hoje como mais uma categoria pertencente à classe trabalhadora e que ele se reconhece enquanto tal. No entanto, esse profissional tinha dificuldade de se considerar assim antes dos anos 70. Somente depois dessa década é que a identidade de classe trabalhadora começa a delinear-se, quando o contexto político e social do país é de efervescência do movimento social e de redefinição do quadro social e também quando se institui o sindicalismo de movimento social, no qual se enquadra o sindicalismo docente. É o que revela este trecho.

“Eu acho que é um problema de status...Não se considerava trabalhadora, se considerava num outro patamar, era muito mais intelectualizada, tinha muito mais os valores, vamos dizer assim, da burguesia, muito mais os valores colocados, pela sociedade dominante do que esses valores da luta” (sindicalista, sepe).

Essa efervescência é marcada também pela queda do padrão social e econômico do professor nas décadas de 70 e 80. Tal é a informação gerada abaixo.

“Olhando a distância hoje eu diria que de certa maneira aquele movimento lá do final da década de 70/ início dos anos 80 era uma peça de resistência deste tipo de professorado, que tinha vivido um processo de empobrecimento” (ex-sindicalista, sepe).

Além da fase do empobrecimento da categoria, os anos 70 foram também de desmistificação da ideologia do “mestre-sacerdote”. Mas essa desmistificação não foi promovida por um processo de elevação da consciência política do professorado, reconhecendo, nessa visão ideológica, os interesses das classes dominantes, mas sim pelo declínio concreto da qualidade profissional, à exceção de raros colégios, pela criação de um conjunto de expedientes variados para afastar-se de um cotidiano desgastante e desestimulante, materializado na atenção da relação sala de aula, afastando o profissional do modelo “sacerdote” para aproximar-se do modelo “funcionário público” (Masson, 1988).

A visão do desempenho da profissão como uma prática de entrega, de sacerdócio, missão e dom é informada como algo vinculado ao passado,

“ faço isso porque eu não acredito nessas coisas, eu acho que você tem que ter vida própria e fazer tudo aquilo que você acredita...E tinha muito disso, as pessoas se matavam, se enfartavam mesmo, mas faziam aquilo porque acreditavam mesmo, né, era muita crença no que eles faziam, não sei se hoje tem isso” (sindicalizada e não-sindicalista, sepe).

Contudo, a posição social elevada do professor se mantém nas regiões interioranas.

“O professor do interior hoje continua tendo, na visão da sua cidade, um status não salarial, mas social, muito diferente do professor da Baixada Fluminense ou da cidade do Rio de Janeiro” (ex-sindicalista, sepe)

Outro destaque relevante que chama a atenção para a organização sindical e que sinaliza com a perspectiva do trabalho por vocação é quanto à característica da profissão de professor com relação à perspectiva de gênero.

“Agora eu acho que a característica dessa organização, diferente dos outros trabalhadores, é mesmo por conta da categoria, que até então era majoritariamente feminina. Eu acho que o perfil da profissão afetou bastante a organização, eu não acho que foi pouco não. Obscureceram foi muito, quer dizer assim, como é que a profissão era vista e como passou a ser vista, eu acho que nesse sentido pode ser muito interessante (ex-sindicalista, sepe)

O exercício da docência na educação secundária e superior cabia aos homens e a educação primária às mulheres. Essa mesma lógica, de organização da educação brasileira, é reproduzida na esfera sindical. A base de formação do Sindicato dos Professores do Ensino Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro era, majoritariamente, masculina. Nos registros da diretoria apenas dois nomes femininos aparecem: Maria de Lourdes Nogueira, como integrante do Conselho Deliberativo em 1936 e Déborah Lago de Toledo Fonseca, como suplente em 1944.

O magistério é uma categoria formada na maioria por mulheres. Em 1932, a despeito de uma escola influenciada pelos ideais liberais continuaram a se desenvolver as questões de “aptidão natural” e da “vocação” como “especificidades femininas” ao exercício do magistério. Assim, determinadas profissões, notadamente aquelas ligadas à

saúde e à educação passaram a figurar como áreas que deveriam ser ocupadas pelas mulheres por possuírem “aptidão natural” para ocupar as mesmas.

“Uma categoria majoritariamente feminina e majoritariamente de classe média, você imagina o que significava para um marido empresário ou profissional liberal ter uma mulher grevista de bandeira no meio da rua” (ex-sindicalista, sepe).

A pesquisadora Lia Faria, em seu estudo, questiona: “*quem é essa mulher que se torna professora?*”. Daí ela conclui que a mulher escolhe esta profissão porque, à medida que foi “aprisionada” ao longo do processo histórico no “mundo privado” da casa, tornou-se para ela muito difícil adentrar ao “mundo público” que, pelo patriarcalismo, é considerado masculino. De acordo com a pesquisadora, a história da mulher é oculta pelo *discurso oficial*. Portanto, o que se espera dessa mulher é aceitação, concordância e resignação; que seja apenas reprodutora do sistema e que veja a escola como uma ilha dissociada do todo coletivo (Faria, 1989).

Como consequência desse perfil da categoria e da identidade social do professor, a ex-sindicalista apontou a dificuldade de adesão do sindicato dos professores, no caso o SEPE, à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Foi pra categoria difícil deglutir, uma categoria majoritariamente feminina, uma parte mais antiga dita...aspas...bem tratada, em que a CUT era sinônimo de comedor de criancinhas. Não existia ainda uma discussão com a categoria do que fosse uma central de trabalhadores (ex-sindicalista, sepe).

O SEPE se filiou, em 1985, à recém criada CUT, entidade intersindical de origem combativa que foi um agente fundamental na luta antiditadura. A CUT não foi a única central criada no país, porém a maior e mais importante organização dos trabalhadores. Ela nasceu e atuou na década de 80 orientada por uma perspectiva classista, com aspirações ideológicas de matizes socialistas e de confronto para com o Estado e o capital. Soares (2001) não apenas expressa esta caracterização com bastante clareza como destaca, ainda, a existência de uma forte vinculação entre o projeto político e sindical de fundação da central e o projeto político do Partido dos Trabalhadores. Segundo ele,

O PT e a CUT surgiram, nos anos 80, como forças políticas de luta e de resistência à ditadura militar e à exploração capitalista, num

contexto histórico de amplo ascenso do movimento operário-sindical e de fortes tensões sociais e lutas de classes. Surgiram, portanto, como instrumentos de luta dos trabalhadores para organizá-los de maneira autônoma e independente em relação aos partidos burgueses tradicionais, e a velha estrutura sindical oficial. No projeto inicial de ambos, em que pesem os limites e confusões originais, estavam inscritas as bandeiras de luta pela constituição da independência de classe, da unidade e da solidariedade dos trabalhadores e do socialismo (Soares, 2001: 77).

Neste período, o participante da entrevista salienta que o professor afirma a sua posição de assalariado, igualando-se à outras categorias profissionais. Para ele o professor alcança o

“sentimento de pertença à classe trabalhadora e a percepção de que ele não tinha uma situação de relação de trabalho diferente da de um metalúrgico ou de um bancário” (ex-sindicalista, sepe).

Grande parte dos dirigentes sindicalistas deste grupo, professores com história de filiação ao SEPE, tem um perfil de militante político anterior ao ingresso na organização sindical.

“A minha data de sindicalização foi em 77. O que motivou foi a minha trajetória anterior (...) Movimento estudantil, a participação em associação de bairro. Então eu sempre tive a necessidade, dentro da minha concepção, de organização. E o sindicato é um pólo organizativo e defensor do magistério” (sindicalista, sinpro).

A história desse grupo de professores, com história de filiação ao sindicalismo da rede pública, favoreceu iniciativas de mobilização da categoria e destacou a greve como o principal instrumento de luta.

“Sempre tem um saldo organizativo de movimentos grevistas que você faça, ele pode ser menor ou pode ser maior, então isso vai variar de momento pra momento. Já houve greve com 98 por cento de adesão. Ela vai terminar com a categoria arranhada, mas a gente inicia com muita força” (ex-sindicalista, sepe).

A greve buscava a adesão da comunidade escolar, pais e alunos, para o seu fortalecimento. Estes, inclusive, apoiaram as manifestações grevistas dos professores em muitos movimentos.

“O sindicato foi construído também, o público ou técnico no caso do Rio de Janeiro, com o próprio crescimento dessa consciência de classe e a preocupação que eu sentia também naquela época de dialogar sempre com os alunos e com os pais para mostrar o sentido do nosso movimento e o recurso extremo a greve” (ex-sindicalista, sepe).

Já em 1978 o magistério público do país está mobilizado e em greve. No Paraná os professores receberam o apoio da associação local, a APP (Associação dos Professores do Paraná), já em São Paulo as duas entidades existentes, CPP (Centro do Professorado Paulista) e APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), não apoiaram. No caso de São Paulo, o processo grevista possibilitou a formação de uma chapa de oposição, que assumiria a APEOESP em março de 1979. A vitória oposicionista na entidade paulista provocou efeitos significativos no movimento nacional do magistério, conseqüentemente, no movimento docente do Rio de Janeiro (Masson, 1988).

PROFESSORES COM HISTÓRIA DE FILIAÇÃO AO SINDICALISMO DOCENTE DO ENSINO PRIVADO

Neste grupo de análise predomina a história de vida diante da organização sindical, com forte predomínio da centralização do poder e desenvolvimento do personalismo.

O sindicato mantém grande esforço inicial para tentar a legalização e o reconhecimento. E havia preocupação do sindicato dos professores com a regularização e manutenção das atividades sindicais por meio de documentação encaminhada ao Ministério do Trabalho.

“E eu mandei pro ministério do trabalho, tirei várias cópias e deixei aqui guardado, deixei aqui também, aí meu nome ficou, sabe como é que é, né? Não ficou bom pro patronato” (sindicalista, sinpro).

O participante da entrevista que manifesta essa sua posição é do Sindicato dos Professores, o que é fundamental lembrar a sua condição de sindicato oficial. A posição de imparcialidade é apresentada como condição de assumir cargo na direção da entidade.

“O Pierre foi o presidente aqui. Robespierre Martins Teixeira. Aí, eu fiquei como vice-presidente, depois me chamaram, você tem experiência aqui e tal. Eu não quero, aí enchi tanto, que acabei, tá bom, então mas sob a condição: nem ficar do lado A nem do lado B, ficar imparcial, não digo neutro, né, que ninguém nunca é neutro, é imparcial” (sindicalista, sinpro).

O país sob a vigência do estado ditatorial com uma Lei de Segurança Nacional e um aparato repressivo não permitia a realização de movimento grevista sem a devida autorização do Estado.

“Nós fizemos uma greve legal, aí pronto entramos, as faculdades não queriam pagar, ganhamos, nós fizemos um acordo salarial, olha pra você ter uma idéia, o caso foi tão grave aqui no sindicato que nós fizemos uma reunião com o delegado do trabalho” (sindicalista, sinpro).

A prerrogativa de “greve legal” foi um instrumento repressivo adotado por Dutra, em março de 1946, com a publicação do Decreto 9070, que dispunha sobre o direito de greve. Tal direito foi negado pela Carta (ainda em vigor) de 1937, mas fora reconquistado, de fábrica em fábrica, pelos trabalhadores, só que cabia restringi-lo, no âmbito da reordenação institucional. Na prática ilegalizava-se qualquer greve, tamanhas eram as restrições impostas ao exercício deste "direito". Dizia-se, na época, que a partir do Decreto 9070 era permitido fazer greve, aos domingos, nas fábricas de brinquedo se o patrão consentisse - por escrito. Após a Ditadura Militar de 1964 essa legislação antigreve é endurecida e persiste o sindicalismo de Estado (Alem, 1991).

O sindicato sob a égide do reconhecimento oficial tinha que cumprir as exigências da lei de enquadramento uma delas era a verticalização na organização.

“Que às vezes tinha um caso pra tratar aqui, outro ali, a turma não tinha experiência e eu não podia deixar de pegar e concentrar aquilo tudo, é concentrar, mas não com centralismo, era para não deixar o negócio se perder (...)Quando houve essa nova diretoria, que eu entrei pra presidente, e fizemos uma composição aqui chamada Comissão de Ecologia e Lazer” (sindicalista, sinpro).

Percebe-se aqui, claramente, a concentração de poder, o cumprimento da legislação oficial ao enquadramento sindical e a ênfase no personalismo ou mesmo no saudosismo de uma forma de agir sindicalmente em que a figura do líder era evidenciada. Outra característica manifestada no discurso deste participante da pesquisa e aliada às anteriores é a do “seguidismo” na estrutura sindical.

Assim, da análise desta fase pode-se concluir que os participantes do primeiro grupo, professores com história de filiação ao sindicalismo docente da rede pública de ensino, ressaltou destacou a história do sindicalismo docente por meio de suas mobilizações e conflitos com os poderes instituídos, ou seja, em torno de conquistas no plano coletivo da categoria. Este grupo preocupou-se em caracterizar o professor como classe trabalhadora, que sofre em suas condições de trabalho, que não se difere dos outros trabalhadores da iniciativa privada, e que, para tanto, o instrumento central para a conquista de direitos seria a greve. No segundo grupo, professores com história de filiação ao sindicalismo docente da rede privada de ensino, a análise do discurso é tipicamente caracterizada pelo perfil do sindicato e a história de militância, com fortalecimento do personalismo, da concentração de poder e do seguidismo.

Agora, conforme explicitado por Doise e Bourdieu as diferenças estão ancoradas nas diferentes inserções sociais dos sujeitos: participação sindical, filiação política, experiências, valores, etc.

ANÁLISE DA ANCORAGEM DAS DIFERENÇAS GRUPAIS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa etapa considera que as representações sociais, além de exprimirem um consenso entre indivíduos, marcado por certas modulações ou oposições individuais, são também caracterizadas por ancoragens das tomadas de posição em outras realidades simbólicas coletivas. O consenso de que se fala não significa similitude de opiniões, mas deve ser entendido de uma forma mais ampla, ou seja, como um conjunto de referências partilhadas em comum por um grupo. As representações sociais, nesse caso, se explicitam nas hierarquias de valores, nas percepções que os indivíduos constroem das relações entre grupos e categorias e nas experiências sociais que eles partilham com o outro, em função de sua pertença e posição (Jodelet, 2001). Refere-se, portanto, à ancoragem das diferentes tomadas de posição no interior de um grupo social ou de uma população.

Supõe-se que concepções, visões de mundo, valores, história de vida, inserção política, situação de classe, filiação partidária, participação sindical, etc. sejam moduladores das diferentes tomadas de posição. Enfim, que variáveis ancoram os discursos dos dois grupos de sujeitos? Percebe-se que a ancoragem vinculou-se com a história de formação do dirigente sindical, sua atuação político-partidária, sua

concepção de sindicalismo e educação e sua participação ao tipo de sindicato, se o sindicato atrelado ao enquadramento sindical oficial ou não.

Os participantes da pesquisa com história de participação no Sinpro-Rio estiveram envolvidos com a educação privada e suas formas organizativas. Neste sentido, este sindicato consolidou o seu papel como entidade preferencialmente negociadora por meio dos acordos coletivos ou da instauração de dissídios na justiça do trabalho, permanecendo atrelado à estrutura de sindicato oficial durante toda a sua história e prescindindo das atividades reivindicativas.

Uma organização dentro do enquadramento sindical requeria uma organização vertical com a presença de uma instância que é a presidência que induz, fatalmente, a ações focadas no indivíduo e não na coletividade. O excesso de centralização de atividades e de poder também é evidente. Esse nível de organização se mantém até hoje na organização do Sinpro-Rio. A sua Diretoria é constituída por uma direção executiva: Presidente, dois Vice-Presidentes, primeiro e segundo Secretários, primeiro e segundo Tesoureiros, um Procurador, um Diretor de Comunicação, um Diretor de Educação e Cultura e um Diretor de Patrimônio. A organização sindical possui ainda Diretoria de Zonais e delegacias, Conselho Fiscal e diretores representantes da FETEERJ (Federação Estadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino), e as eleições de sua diretoria ocorrem a cada três anos⁷⁹.

Um outro fator de determinação no discurso dos participantes da pesquisa se relaciona com os embates políticos. Estes associam-se com a constituição da identidade da estrutura sindical docente. Desde o surgimento dos sindicatos dos professores a presença de forças políticas partidárias ou não já era marcante. Depois de um período extenso de greve adveio a preocupação com a organização da entidade sindical, com a definição das responsabilidades administrativas e com a hierarquização do poder⁸⁰. Assim, os militantes do CEP concentram esforços na preparação do processo das eleições gerais da entidade (eleição da diretoria geral, das direções dos núcleos municipais no interior e coordenações dos núcleos zonais). Prevaleceu a composição entre as diversas correntes políticas reunidas numa chapa única: organizações

⁷⁹ Informações disponíveis em www.sinpro-rio.org.br. Acesso em 13 de dezembro de 2005.

⁸⁰ Em agosto de 1979 os professores cariocas ligados à SEP decretam a segunda greve da categoria, mais longa, difícil e estenuante.

partidárias de esquerda clandestinas (MR-8, MEP⁸¹, Convergência Socialista⁸²), PCB, PC do B, Libelu (tendência operário-estudantil Liberdade e Luta, trostkista) (Masson, 1988).

Diferentemente do Sinpro-Rio, o SEPE é dirigido por um colegiado composto por 48 membros, e a sua estrutura de funcionamento divide-se em: a) Coordenações: Geral, da Capital, do Interior e do Grande Rio; b) Secretarias: de Organização, de Finanças, de Imprensa e comunicação, de Aposentados, de Funcionários Administrativos, de Assuntos Educacionais, de Formação e Cultura, de Assuntos Jurídicos, de Gênero, Anti-racismo e Orientação Sexual e de Saúde (SEPE/RJ, Estatuto, 2000).

Enquanto o sindicato da rede privada buscava realizar “greves legais”, a Sociedade Estadual de Professores (SEP), criada em 1977, inicia-se com fortes mobilizações no bojo do que se denominou de “*Novo Sindicalismo*”. Nos anos posteriores, a Sociedade estrutura uma proposta de planificação da carreira ou Plano de Cargos e Salários (PCC) e os professores esperaram que durante a vigência do governo de Faria Lima (1975-1979) as suas reivindicações fossem atendidas. Porém, com a indefinição do governo, o movimento decreta em 11 de março de 1979 uma greve por tempo indeterminado, realizada dentro da escola e com assinatura de ponto. Ressalta-se que outros estados também decretaram greves de professores públicos⁸³. Essa greve serve de marco referencial para a categoria, possivelmente por conta da grande efervescência política e pela mobilização desencadeada, como bem ilustra o pesquisador Máximo Masson,

A adesão, aparentemente rápida e espontânea ao movimento, o qual sem organização local anterior (à exceção, bastante frágil, das zonas do Rio de Janeiro e núcleos sepianos de Niterói e Campos) conseguiu paralisar as atividades escolares em quase todos os municípios, principalmente nas áreas mais urbanizadas e centrais (diferente era a situação das “escolas rurais”) pode ser explicada pelo acúmulo de frustrações, desesperanças, expectativas, que já datavam de anos (Masson, 1988:91).

⁸¹ Movimento de Emancipação do Proletariado, fundado em 1976, a partir da dissidência da Organização Revolucionária – Política Operária. Cf. Arns, 1985.

⁸² Dissidência do Partido Operário Revolucionário (Trotskyista), fundada em 1977, cf. Arns, 1985.

⁸³ Na segunda metade de 1978 os jornais do país publicavam um acontecimento inédito: greve dos professores públicos (Masson, 1988).

Assim, apresentam-se nos discursos dos participantes da pesquisa concepções de educação e de atuação político-sindical diferenciadas, uma delas é sobre a greve.

A greve, como instrumento de luta dos trabalhadores, fez parte das mobilizações anuais do professores da rede pública de ensino do Rio de Janeiro durante a década de 1980. Greve é utilizada como um instrumento de mediação, como bem analisa a professora e pesquisadora Maria Aparecida Ciavatta,

A mediação não é um instrumento analítico de medição quantitativa do comportamento de um fenômeno, nem a busca da relação de causa e efeito, mas sim, é a especificidade histórica do fenômeno. A mediação situa-se no campo dos objetos problematizados nas suas múltiplas relações no tempo e no espaço, sob a ação de sujeitos sociais (Ciavatta, 2001:132).

Sendo assim, segundo a autora, *“o conceito de mediação não se aplica apenas aos processos materiais, mas também aos fenômenos culturais e políticos. Sua especificidade não está no conteúdo da mediação, mas no processo articulado de um conjunto de relações que se estabelecem nos diversos níveis da vida humana”* (Ciavatta, 2001:133).

A percepção da greve como instrumento de mediação da luta se alia a outras concepções, dentre elas o entendimento sobre o mundo do trabalho e a relação com a educação.

Na década de 80 o movimento sindical no Brasil cresceu e se fortaleceu, tendo registrado muitas conquistas, a despeito da legislação limitadora da atuação sindical. Contudo, a reestruturação produtiva do capital e sua influência no meio educacional foram responsáveis por mudanças na postura da atuação sindical. Assim, as características inerentes a este processo de transformação nas formas de trabalho atuaram de forma decisiva.

Nas últimas décadas, o desenvolvimento científico-tecnológico responde por um novo fator fundamental: disponibilidade ampla da microeletrônica e baixos custos no processamento da informação. Segundo Maria Ciavatta *“toma força um processo de profunda reestruturação do aparato produtivo com a incorporação de tecnologias intensivas em informação com base na microeletrônica”* (Ciavatta, 2002:60). Eleva-se a composição técnica do capital e altera-se a divisão internacional do trabalho, sua divisão

social, sexual e de reprodução humana. Surge um novo perfil ocupacional no qual é sensível o aumento dos requisitos educacionais para o mercado formal. É o que hoje se denomina “sociedade do conhecimento”, cujas análises destacam a nova sociabilidade do capital. Na competição entre os capitais e na subordinação do trabalho ao capital, essas análises elidem a questão das classes sociais.

Soares (1998) mostra que, no campo da Sociologia do Trabalho, há uma intensa discussão acerca do caráter assumido pela industrialização brasileira e pelo modo como se deu (e como se dá) a organização produtiva nacional. O autor destaca que a reestruturação do capital, acompanhada pela adoção mais ou menos generalizada de políticas macroeconômicas pautadas pela ortodoxia liberal, levou a dramáticas alterações na realidade produtiva e na forma de ser do proletariado. A classe trabalhadora tornou-se mais complexa, com a desproletarização industrial convivendo com a proletarização no setor terciário e modalidades diversas de subproletarização; mais heterogênea, com a crescente incorporação de mulheres ao mundo do trabalho; e mais fragmentada, graças à desconcentração do contingente operário efetivada pela horizontalização e terceirização produtivas.

Portanto, tendo em atenção essa ancoragem aqui desenvolvida, que discorre acerca de diferenças de concepções de mundo, de educação, de política e de sindicalismo docente, os discursos dos participantes da pesquisa foram embasados e justificados à luz desses argumentos. Ou seja, os professores filiados ao sindicalismo docente da rede pública de ensino, o SEPE, deram destaque à discussão da identidade social do professor por meio da designação de trabalhador, reforçando a tese da proletarização docente; enquanto que os professores filiados ao sindicalismo docente do ensino privado, o SINPRO-Rio, manifestaram maior atenção à formação e carreira dos dirigentes sindicais, destacando sua própria história de militância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEM, Silvio Frank, “*História do Sindicalismo Brasileiro: uma periodização*”. Brasília: Revista Universidade e Sociedade, Ano I, nº 1, pp. 56-65, 1991.

ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. “*A Pesquisa em Representações Sociais: fundamentos teórico-metodológicos.*” Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social. Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social. Vol. 01, nº 01. 1º semestre de 1998.

ANDRADE, Teresa Ventura de. *A União dos Professores do Rio de Janeiro: um Capítulo da História da Organização Docente (1948-1979)*. RJ: UFF/Niterói, 2001. Dissertação de Mestrado.

APPLE, Michel W. *Trabalho Docente e Textos: Economia Política das Relações de Classe e de Gênero em Educação*. Trad. Thomaz Tadeu da Silva, Tina Amado e Vera Maria Moreira. Porto Alegre: Artes Médica, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *Squisse d'une Théorie de la Pratique*. Paris : Libraire Droz, 1972.

CODO, Wanderley (coord.). *Educação: carinho e trabalho*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes/ Brasília: CNTE: Universidade de Brasília, Laboratório de Psicologia do Trabalho, 2002.

CIAVATTA, Maria & FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *Teoria e Educação no Labirinto do Capital*. Petrópolis: Vozes, 2001.

CIAVATTA, M. A construção da democracia pós-ditadura militar: políticas e planos educacionais no Brasil. In: FÁVERO, O.; SEMERARO, G. (Org.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CODO, Wanderley (coord.). *Educação: carinho e trabalho*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes/ Brasília: CNTE: Universidade de Brasília, Laboratório de Psicologia do Trabalho, 2002.

COSTA, Cléria Botelho da & MAGALHÃES, Nancy Alessio (orgs). *Contar História, fazer história – História, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15, 2001.

CURY, Carlos R. J. *Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 3ª ed. São Paulo: Cortez/Editores Associados, 1987.

DOISE, Willem; CLÉMENCE, Alain; LORENZI-CIOLDI, Fabio. Prises de position et principes organisateurs des représentations sociales. In: GUIMELLI, Christian (org.) *Structures et transformations des représentations sociales*. Paris, Lausanne, Delachaux et Niestlé, 1994.

DOISE, Willem. *Atitudes e representações sociais*. In: JODELET, Denise (org.) Rio de Janeiro, EDUERJ, 2001.

FARIA, Lia C.M. *A questão feminina no movimento das contradições da escola pública do Rio de Janeiro e/ou: Quem é esta mulher que se torna professora?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989. Dissertação de Mestrado em Educação.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. São Paulo: Cortez, 1996.

GONDAR, J. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: COSTA, I. e GONDAR, J. (org.) *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

JODELET, Denise (org.). *As Representações Sociais*. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001

MARX, K. *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie (Fundamentos da Crítica da Economia Política) (1857/1858)*. Berlim, 1953.

MIRANDA, Kênia. *A Organização dos Trabalhadores em Educação sob a Forma-Sindicato no Capitalismo Neoliberal – o pensamento pedagógico e o projeto sindical do Sinpro-Rio, da UPPE e o SEPE-RJ*. Niterói: UFF, 2005. Dissertação de Mestrado.

MASSON, Máximo A. Campos. *Magistério e Sindicalismo: A Trajetória do Centro de Professores do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. DFCS/IFCS/UFRJ, 1988.

POLLACK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Rio de Janeiro. In: Revista de Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REINERT, M. *Une Méthode de Classification Descendante Hiérarchique: Application a l'Analyse Lexicale par Contexte, Les Cahiers de l'Analyse des Données*, 8(2), 1983. pp. 187-98.

RÊSES, Erlando da Silva. *De Vocação Para Profissão: Organização Sindical Docente e Identidade Social do Professor*. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Tese de Doutorado, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SCHAFF, A. *A sociedade informática*. São Paulo: UNESP; Brasiliense, 1990.

SOARES, José de Lima. *Sindicalismo no ABC: Reestruturação Produtiva e Parceria*. Brasília: Centro de Educação e Documentação Popular, 1998.

_____. *O PT e a CUT nos anos 90: encontros e desencontros de duas trajetórias*. Tese de Doutorado, UnB: Brasília, 2001.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. 3ª ed. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: EdunB, 1994.